

LOUIS-EUGÈNE VARLIN (1839-1871)

*João Alberto da Costa Pinto**
joaoacpinto@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo propõe uma análise da trajetória política de Louis-Eugène Varlin (1839-1871) – personagem emblemático nas lutas sociais acontecidas em Paris no período de setembro de 1870 a maio de 1871, quando do cerco à cidade pelas tropas prussianas e depois pelas tropas do governo Thiers. Esses motivos levaram-no à participação no Comitê Central da Guarda Nacional, assim como à organização dos comitês distritais da Comuna (março a maio de 1871). Varlin foi um operário francês (encadernador de livros), radicado em Paris (1852-1871), intelectual autodidata e, a partir de 1865, um dos principais organizadores da seção francesa da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores). Foi assassinado em 28 de maio de 1871 por causa do seu envolvimento na organização da Comuna de Paris.

PALAVRAS-CHAVE: Louis-Eugène Varlin, Comuna de Paris 1871, solidariedade, internacionalismo operário, autogestão.

As ideologias só falam da sua própria prática. A polêmica ideológica é sempre uma utopia, porque o terreno do choque e do confronto só pode ser a prática e nunca as ideologias decorrentes de cada uma dessas práticas e, por isso, distintas, isoladas e autorreferenciadas. A única forma por que uma ideologia critica outra é a reafirmação da sua posição. Em cada ideologia existe somente a repetição incessante do seu próprio discurso. [...] Não é ao nível das ideologias, mas da ação prática, que as ideologias se destroem. (BERNARDO, 1977, v. 1, p. 112-113)

Em quase todos os grandes conflitos sociais demarcados por lutas anticapitalistas ocorridos nos últimos 140 anos, a Comuna de Paris de 1871 foi uma referência de grande significado político, notadamente, pela óbvia associação, um símbolo fundamental na memória política do

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2005). Professor na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

internacionalismo operário presente nas lutas autogestionárias do *Maio de 68* [1968] na França. O resgate das práticas políticas dos *communards* de 1871 também esteve presente nas revoluções russas de 1905 e 1917, nas barricadas *spartaquistas* de Berlim em 1919, na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e em Portugal, na Revolução dos Cravos (1974-1978). Essa reiteração da historicidade da Comuna pela tradição revolucionária posterior deu-se, em grande parte, com o uso político de um documento publicado logo após o fim da Comuna: o texto *A Guerra Civil na França*. Trata-se de uma mensagem pública encaminhada pelo Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) a todos os membros da associação na Europa e nos Estados Unidos (promulgada em 30 de maio de 1871). Na sua publicação original considerava-se ser um documento oficial da AIT, assinado por todos os membros do seu Conselho Geral e pelos secretários-correspondentes (Marx representava as seções da Alemanha e da Holanda). Depois é que o documento passou a ser publicado como de autoria de Karl Marx, que de fato o redigira. Este texto político subsidiou e ainda subsidia, de forma quase exclusiva, a memória política da Comuna. A tradição revolucionária posterior aos fatos da Comuna de Paris escudou ideologicamente as suas práticas, retomando a memória da Comuna através desse documento. E, na atualidade (em 2011 comemoraram-se os 140 anos da Comuna de Paris), tanto os legatários políticos dessa tradição revolucionária, como os debatedores acadêmicos quase sempre têm – como referência única de discussão – esse mesmo documento. Raramente a processualidade dos fatos da Comuna é percebida ou destacada como problema historiográfico e político em si; o que se faz, de forma costumeira, são exegeses canônicas do documento, levando-nos à conclusão de que, para esses debatedores, os 140 anos da Comuna de Paris são na verdade os 140 anos de um texto de Karl Marx.

Karl Marx acompanhou de Londres os fatos que a guerra franco-prussiana (1870) provocava na sociedade francesa: a queda do Segundo Império (1852-1870) de Napoleão III, a posterior organização dos governos republicanos de Gambetta e Thiers, o cerco prussiano à cidade de Paris, a rendição de Thiers a Bismarck e a insurreição dos parisienses à presença prussiana e ao governo capitulacionista de Thiers que, a partir de março de 1871, faria de Versalhes a sua sede de Governo. Em Paris, da insurreição da Guarda Nacional no dia 18 de março, determinou-se o processo de coordenação política da Comuna propriamente dita (organizada em eleições no dia 26 de março) e a consequente guerra civil que os *communards* envidaram no combate às tropas *versalhesas* legalistas da república de

Thiers que, naquela altura, depois da rendição, estavam associadas com as tropas prussianas. Da guerra nacional à guerra civil, e com essa, a guerra de classes. Do Império à Comuna. Esse foi o processo histórico que Marx analisou nos três artigos que depois comporiam o livro – *A Guerra Civil na França*. Com esse documento, Marx também asseverou sua posição política dirigente no seio da AIT, aspecto que o marcaria publicamente, em grande parte pela reação da imprensa conservadora londrina, à condição de “chefe” da revolução proletária mundial, “popularidade” súbita que muito o entusiasmou, pois até aquele momento era um intelectual relativamente desconhecido do grande público.¹

Nos meses seguintes ao fim da Comuna, surgiram inúmeras publicações com o propósito de resgatar a memória dos derrotados, ou para defenestrar a Comuna como fato político. O livro de Henry Morel (1871), publicado logo após o fim da Comuna, apresenta dezenas de trajetórias: de republicanos radicalizados, de jacobinos blanquistas, de *communards* socialistas e de anarquistas e comunistas libertários como Louis-Eugène Varlin. E ressalve-se que – junto a essas notas biográfico-políticas dos personagens que o autor destacou – não há qualquer referência à presença e/ou influência política de Karl Marx. Muitos outros livros com essa perspectiva documental-jornalística sobre a Comuna foram publicados nos meses seguintes aos acontecimentos.²

Se o livro de Karl Marx tornou-se o epicentro dos debates sobre a Comuna, elaborados pela tradição marxista posterior, cumpre ressaltar que já existe uma expressiva produção historiográfica sobre o tema que, no entanto, ainda o deixa à margem das discussões sobre a memória política da Comuna de Paris. Em 2001, a historiadora francesa Danielle Tartakowsky, em um breve recenseamento historiográfico, afirmou ser a Comuna “assunto de cerca de 600 ou 700 títulos” (TARTAKOWSKY, 2001, p. 41).

Dentre as investigações acadêmicas, os trabalhos do historiador Jacques Rougerie parecem-nos ser de referência obrigatória. É dele o paradigmático argumento historiográfico que define o estatuto revolucionário da Comuna como a reiteração do legado histórico do jacobinismo político oriundo de 1789 e, também, como a afirmação inaugural de práticas socialistas de bases proletárias na organização de uma nova sociedade (ROUGERIE, 2001, p. 122-147).

Entre muitos desses estudos já realizados sobre a Comuna, o livro do sociólogo suíço – Charles Rihs (1973) – parece-nos ser de fundamental importância pela ampla caracterização que faz dos quadros ideológicos institucionais, nascidos nas práticas da auto-organização dos *communards*.

Além disso, é um autor que reitera a necessidade do historiador considerar, no estudo da Comuna, a vasta bibliografia surgida logo após a derrota em maio de 1871, inclusive aquela formulada para criticar a experiência dos *communards*. Ele destaca, por exemplo, o livro *Les Clubs rouges pendant le siège de Paris, 1871*, de G. de Molinari, personagem-autor que durante o levante da Comuna foi redator do *Journal des Débats*, um jornal adversário da Comuna. Charles Rihs afirma que o livro de Molinari, independente das posições políticas conservadoras do autor, apresenta descrições muito exatas das reuniões desses clubes revolucionários (RIHS, 1973, p. 51).

Enfim, o que cumpre aqui afirmar é que a história e a memória política da Comuna de Paris não devem restringir-se apenas à exegese de um livro canônico de Karl Marx. Por mais extraordinária que seja a análise apresentada por Marx e a fundamental importância para a discussão das formas institucionais de transformação revolucionária do capitalismo, propostas pela tradição marxista posterior, há, contudo, um aspecto que hoje é pouco afirmado ou raramente problematizado: quem foram esses trabalhadores e trabalhadoras que lutaram pela insurreição de 18 de março e depois pela Comuna de 26 de março de 1871 e que dessa luta inauguraram efetivamente a realização prática de relações socioinstitucionais de novo tipo? Quem foram os *communards* que fizeram do seu cotidiano uma prática que indiciava formas societárias radicalmente distintas das formas capitalistas de sociabilidade? O que sabemos de Eugène Varlin ou de Nathalie Lemel? Quem foram esses mais de trinta mil *communards* presos, fuzilados, deportados? Quem foram esses milhares de civis e militares anônimos que desenvolviam, no cotidiano da sua luta, práticas de organização e formas institucionais marcadamente autogestionárias? Quem foram esses anônimos derrotados que não “souberam” pôr em prática “os conselhos” de Karl Marx, o intelectual que, mesmo longe dos acontecimentos, presumia-se ser o chefe ideológico das lutas revolucionárias em curso no continente europeu?³

Neste artigo apresentamos sumariamente o curso político de um desses *communards*: a trajetória do jovem operário-encadernador Louis-Eugène Varlin, o mais importante organizador político dos trabalhadores parisienses e franceses junto à AIT e um dos personagens fundamentais nas práticas por um comunismo autogestionário no seio das novas institucionalidades, formuladas e perspectivadas durante os setenta e dois dias de existência da Comuna de Paris. Varlin foi, portanto, preso e assassinado sumariamente no fim da manhã de 28 de maio de 1871, pelas tropas versalhesas que tinham acabado de derrotar as barricadas

communards. A sua prisão e assassinato foram então narrados por um dos maiores intérpretes da história da Comuna:

No domingo, 28 (*de maio de 1871*), na place Cadet, um padre o reconheceu e foi correndo buscar um oficial. O tenente Sicre deteve Varlin, atou-lhe as mãos às costas, encaminhando-o às Buttes, onde estava o general De Laveaucoupet. Aquele Varlin que arriscara a vida para salvar os reféns da rua Haxo foi arrastado mais de uma hora pelas ruas escarpadas de Montmartre. Sob uma chuva de golpes, sua jovem cabeça meditativa, que só tivera pensamentos fraternos, converteu-se em um montão de carne informe, com um olho pendendo da órbita. Quando chegou à *rue des Rosiers*, ao Estado-Maior, já não caminhava, era carregado. Sentaram-no, para o fuzilamento. Os soldados destroçaram o cadáver a coronhadas. Sicre roubou seu relógio e se enfeitou com ele. (LISSAGARAY, 1991, p. 294)

Essa descrição do “longo calvário” (ROUGERIE, 1995, p. 113) dos últimos instantes de vida de Varlin tornou-se um dos maiores símbolos da derrota da Comuna, símbolo da derrota da República social que a Comuna começava a propôr com a sua institucionalidade. Varlin foi fuzilado aos 31 anos e da sua breve vida como operário encadernador de livros (desde os 15 anos) encontramos uma definição histórica de trajetória comunista – toda ela voltada ao esforço de organização política dos trabalhadores – muito além das demandas imediatas dos seus interesses corporativos de classe, o único termo possível para uma cultura autogestionária de solidariedades proletárias, pois, como acreditava, sem essa cultura de solidariedade nenhum edifício revolucionário anticapitalista poder-se-ia manter. Charles Rihs afirma que Varlin, na Comuna, foi uma das figuras públicas mais nobres e mais generosas da história do movimento operário francês (RIHS, 1973, p. 116).

A LUTA POLÍTICA DE UM OPERÁRIO-ENCADERNADOR

Louis-Eugène Varlin descendia de uma família de republicanos que sempre mantivera ativa participação política na história dos acontecimentos revolucionários da França, do republicanismo de 1789 às jornadas de 1848-1851. Uma família de recursos modestos. Seu pai, Aimé-Alexis, além de cultivar suas terras também trabalhava como diarista em fazendas vizinhas; esforço esse que lhe garantiu condições de sustentar seus três filhos – Varlin, Louis e Hippolyte – e a filha Clémence. Varlin pôde frequentar a escola primária até os 13 anos, o que lhe foi fundamental para a vida futura, pela alfabetização e conhecimentos obtidos que levou para Paris. Lá aprendeu o

ofício de encadernador de livros, habilitando-se em 1854, na oficina de um tio. No seu trabalho de aprendiz, era comum a reclamação de que perdia muito tempo com a encadernação de alguns livros, porque se detinha a ler-lhes os conteúdos. Recusou-se a suceder ao tio na direção da empresa. Nos anos seguintes, trabalhou em várias outras oficinas (seis), sempre como operário-encadernador, adquirindo notabilidade por suas qualidades profissionais. No ano de 1860, retomou seus estudos e frequentou alguns cursos na Associação Filotécnica da Sorbonne, com especial dedicação por geometria e contabilidade. Procurou também aperfeiçoar seu francês e a sua ortografia, assim como se dedicou à música, chegando a participar de um coral. E como autodidata, nos anos seguintes, empenhou-se em estudar questões jurídicas, com vivo interesse pela história da constituição das sociedades civis. Deteve-se a investigar o cooperativismo e teve no jornal – *La Mutualité* – de Pierre Vinçard uma de suas principais fontes de consulta (CORDILLOT, 1991, p. 11-23; VARLIN & LEJEUNE, 2002, p. 9-11).

A partir de 1857, Varlin desenvolveu expressiva atuação na *Sociedade dos Encadernadores*, onde se apresentava como representante dos operários (nessas sociedades corporativas, era comum discutirem-se as reivindicações do trabalho junto aos patrões-empregadores; não eram ainda propriamente órgãos classistas, essa situação só se modificaria em 1864). Varlin lutava por melhores condições de trabalho e de aprendizagem do ofício. Essas atividades mobilizaram-no pelos anos seguintes e foram-lhe excepcionais instrumentos de aprendizado político. A partir de maio de 1864 (após a aprovação da *Lei Chapelier* que concedia aos trabalhadores o direito de greve, ainda que não o de associarem-se em sindicatos), as demandas dos trabalhadores parisienses acirraram-se por melhores salários e redução da jornada diária de trabalho. Na greve dos encadernadores, iniciada em agosto – em cuja organização Varlin teve grande destaque – entre outros pontos, apresentou-se uma pauta centrada na redução da jornada de trabalho, que deveria passar de 12 para 10 horas diárias, e um aumento de 25% dos salários. Com a persistência dos trabalhadores em greve, em setembro, as reivindicações foram atendidas pelos patrões. Os operários encadernadores, por reconhecerem a importância de Varlin na coordenação vitoriosa da greve, presentearam-no com um relógio de prata (relógio este que mais tarde lhe seria roubado pelo tenente Sicre após seu fuzilamento em maio de 1871). Além de os operários encadernadores de Paris terem Varlin em grande conta, pelo seu esforço de organização dedicado à corporação, a essa altura, ele já era também considerado pela polícia como um dos operários “mais perigosos” de Paris (VARLIN & LEJEUNE, 2002, p. 15). O fato é que, entre as poucas centenas de encadernadores de Paris, nasceu

uma forma de reivindicação centrada, de forma crescente, nas necessidades dos trabalhadores. Com a experiência política das greves, em substituição aos antigos métodos corporativos, desenvolveram-se práticas sindicais que, nesse caso específico, faziam do encadernador uma espécie de artesão-artista e não apenas um operário.

No mesmo momento em que se desenrolava a greve vitoriosa dos encadernadores parisienses, era fundada em Londres, a 28 de setembro de 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como “Primeira Internacional”. Varlin se inscreveria na associação pouco tempo depois e participaria ativamente da organização da seção parisiense da AIT a partir de janeiro de 1865 (VARLIN & LEJEUNE, 2002, p. 16-20).

Em setembro de 1865, eclodiu outra greve dos encadernadores, mas com os trabalhadores, então, ligados em um comitê de greve (com 19 representantes, Varlin incluído). Contra o antigo modelo corporativista das associações que reuniam patrões e empregados, Varlin fundou uma organização de novo tipo, um órgão representativo dos encadernadores já próximo ao que se definiria depois como um sindicato. Nos estatutos (escritos por Varlin) dessa associação, definiu-se e aprovou-se a premissa da igualdade de direitos de representação política entre encadernadores e encadernadoras. Ao lado de Varlin, à frente da comissão administrativa, também foi eleita Nathalie Lemel. Eugène Varlin foi um pioneiro na luta pelos direitos políticos das mulheres.⁴

O confronto com os patrões nas oficinas, em setembro de 1865, foi marcado por forte repressão, ecoando pelo mundo do trabalho em geral. Nesse enfrentamento, e já com a associação dos encadernadores organizada, os trabalhadores formularam novos instrumentos de solidariedade para a manutenção de sua subsistência durante a greve. Por iniciativa de Varlin, foi criada a *Caixa de previdência dos cinco centimos*, um fundo mútuo de amparo aos operários que estivessem em graves dificuldades durante o movimento (CORDILLOT, 1991, p. 25-41).

De forma gradativa e com base na unidade solidária dos próprios trabalhadores na defesa e manutenção de suas ações reivindicatórias, estabeleciam-se relações sociais de novo tipo no mundo do trabalho – a institucionalidade efetiva de práticas proletárias de classe. A maior parte dos trabalhadores franceses empregava-se em oficinas e empresas de pequeno e médio porte; grandes concentrações industriais proletárias não eram tão evidentes em Paris. Muitas profissões tinham ainda um caráter de especialidade artesanal; o próprio trabalho de Varlin como encadernador apresentava essa característica. Relojoeiros, ourives (bijuterias), marceneiros,

alfaiates, sapateiros, gravuristas, pintores de móveis, “peleiros”, “escoveiros”, funções como essas é que definiam o proletário parisiense. Os trabalhos historiográficos de Jacques Rougerie (1964, 1995, 2001 e 2004) apresentam dados expressivos dessa composição socioprofissional do mundo do trabalho parisiense, um universo ainda distante de um processo de industrialização massificada.⁵ Contudo, entre 1864 e 1871, no cenário das inúmeras greves e com o advento de novas práticas institucionais de classe, os trabalhadores parisienses rompiam com a natureza corporativista do seu trabalho para afirmar, diante desse panorama social de lutas, a constituição política de uma classe operária em processo de auto-organização.

Exemplo significativo dessas práticas de classes em auto-organização política foi a criação, em fevereiro de 1868, do restaurante popular *La Marmite*. Eugène Varlin foi o principal organizador dessa “cozinha operária” de grande sucesso entre os trabalhadores. No formato de uma cooperativa de consumo, o projeto do *La Marmite* teve a imediata adesão de mais de oito mil trabalhadores-cotistas, termo que facultou a criação, logo a seguir, de mais três restaurantes. No livro que organiza com os textos de Eugène Varlin, Paule Lejeune transcreve a integralidade do documento que Varlin redigiu, convocando os trabalhadores parisienses à organização do restaurante; citamos aqui alguns trechos em que se percebe claramente como Varlin entendia a organização política dos trabalhadores contra o capital.

Já há alguns anos que os operários fazem grandes esforços pela obtenção do aumento dos seus salários, esperando assim melhorar a sua sorte. Hoje os especuladores se vingam e fazem pagar caro as aspirações dos trabalhadores, fazendo subir os preços de mercadorias de primeira necessidade, particularmente as de alimentação. [...] Trabalhadores! Consumidores! Não procuremos noutra lugar, mas no caminho da liberdade o meio de melhorar as condições da nossa existência. A livre associação multiplicando as nossas forças permite a nossa emancipação destes intermediários parasitas [...]. Associemo-nos, pois, não somente para defender os nossos salários, mas também para a defesa da nossa alimentação cotidiana. (Apud VARLIN & LEJEUNE, 2002, p. 34-36)

A experiência dos restaurantes cotizados foi um sucesso e teve largo alcance político para os trabalhadores, porque se constituíram também em espaços de reuniões políticas e atividades culturais; espaços que reforçavam a identidade proletária dos trabalhadores parisienses. Varlin, autor e organizador do projeto, ocupava-se de quase tudo, especialmente das compras e da contabilidade. Graças à sua iniciativa, o *La Marmite* oferecia

também aos seus frequentadores amplas possibilidades de informação através da disponibilização, à leitura de todos, da assinatura de seis jornais e vários semanários.⁶ Com essas práticas de organização cotidiana de um mundo social proletário, Varlin distanciava-se de qualquer abstração ideopolítica; suas técnicas de organização eram pragmáticas e centradas em um único objetivo: aprender junto com os operários a organizar um mundo controlado pelos próprios trabalhadores, pelos produtores da riqueza social. “Varlin sempre escolherá preferencialmente a ação, e não as especulações teóricas. Não que ele não refletisse, mas sua reflexão sempre está em contato direto com o desenrolar dos acontecimentos” (CORDILLOT, 1991, p. 85).

EUGENE VARLIN E A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES (AIT)

Varlin mantinha-se como encadernador de livros e ativo militante; com seu trabalho e coerência política muito rapidamente se fez presente junto aos principais debates que mobilizavam ideologicamente os trabalhadores franceses e europeus e logo se tornou um importante ponto de interlocução, nos congressos da AIT, como delegado representante da seção parisiense. Varlin, a partir de 1865, além das greves que organizava passou também a frequentar as reuniões de trabalhos da seção francesa da AIT e, como membro desta, é que consagraria o seu nome frente aos trabalhadores parisienses. Dessa data em diante, Eugène Varlin não cessou de percorrer a França para ouvir e auxiliar as ramificações da Internacional. Charles Rihs afirma que Marx tinha muitas “esperanças nele”, mas que Varlin jamais partilhou das práticas políticas dos marxistas. Citando Foulon, um *communard* contemporâneo de Varlin, Rihs diz que “no fundo, Varlin não admitia os métodos autoritários de Marx” (RIHS, 1973, p. 116). Max Nettlau, o notável historiador austríaco dos movimentos anarquistas, declarou que Marx interessou-se pelo que os trabalhadores parisienses formulavam com suas práticas políticas – especialmente aquelas desenvolvidas durante o cerco à cidade pelas tropas prussianas (1870) e durante o levante da Comuna (1871) –, tentando encontrar nesse processo, mas sem sucesso, “os elementos de um partido operário” (NETTLAU, 2008, p. 174). O autor asseverou ainda que Marx desprezava os proudhonianos e que nada lhe importavam republicanos como Félix Pyat, contudo evitava bater-se diretamente contra coletivistas independentes como Varlin (NETTLAU, 2008, p. 174). Mas se Marx pouco podia frente a Varlin, o mesmo acontecia com Bakunin que também tentara levar Varlin às suas fileiras. Nettlau, em rápida passagem, resumiu assim as práticas políticas de Eugène Varlin às vésperas da Comuna de Paris:

Na França, em 1869, o coletivismo sobrepujou o proudhonismo entre os militantes mais em evidência, sobretudo Eugène Varlin. Mas a queda do Império que parecia iminente pôs em primeiro plano a ação prática e a coalização de forças. Os sindicatos encheram-se, contudo, de aderentes, e Varlin fez frente em todos os planos, salvaguardando simultaneamente a independência da Internacional e aquela dos sindicatos, impedindo seu isolamento e buscando unir Paris às grandes cidades de província. Foi assim que realizou, em 12 de março de 1870, a grande assembleia de Lyon. Bakunin não teve qualquer influência sobre os militantes de Paris; o próprio Varlin só estabelecia relações com James Guillaume e um pouco com os belgas. (NETTLAU, 2008, p. 158)

A AIT não foi para Eugène Varlin um partido, mas um espaço plural de representantes de várias categorias de trabalhadores, militantes de vários timbres ideológicos: mutualistas proudhonianos, bakuninistas e blanquistas, entre outros. Na concepção política de Varlin, a AIT era a garantia política da internacionalização das lutas dos trabalhadores; tinha, como premissa, que a Internacional deveria se organizar em âmbito nacional por redes federativas. Da prática militante de organização geral dos trabalhadores franceses que Varlin estabelecera como meta política, obteve-se como resultado, a criação

[...] em 14 de novembro de 1869, de uma Federação parisiense das sociedades operárias que reagrupa vinte assembleias sindicais. Na primavera seguinte, ela já conta com 54 assembleias, com cerca de 30, 40 mil membros. Varlin, que foi o incansável artesão deste reagrupamento, é o seu secretário correspondente; seu amigo, o torneiro de *bronze* Theisz, outro eminente militante da AIT, ocupa o posto de secretário adjunto. Para melhor destacar o que une a Internacional e a Federação, o centro de ação desta última é estabelecido na praça da “Corderie”, nos locais divididos com a Internacional. Desde então, pelo viés da Federação dos sindicatos, “o pequeno Estado-Maior revolucionário da Internacional dispunha de numerosas tropas coerentes”. (CORDILLOT, 1991, p. 130)

Desse trabalho de coordenação da reunião da federação de sindicatos junto às seções francesas da AIT, promoveu-se um congresso, em março de 1870, na cidade de Lyon. O princípio federativo de organização era a garantia da internacionalização das lutas dos trabalhadores. Esta era a perspectiva fundamental de Varlin: defendia com a sua prática a união internacional dos trabalhadores em redes federadas assim compostas. Varlin percebia o quanto a iminência da guerra seria nociva não só para os trabalhadores franceses, mas também para todos os trabalhadores europeus. Já Marx ideologizava a

luta política sob evidentes esquadros nacionalistas, como o que se percebe nesta correspondência com Engels (20 de junho de 1870), quando afirmava defender a guerra entre a Alemanha e a França, com o propósito de se afirmar como o chefe político da AIT:

Os franceses precisam de uma surra. Se os prussianos forem vitoriosos, a centralização do poder do Estado será útil à centralização da classe operária alemã. A predominância alemã, também, transferirá o centro de gravidade do movimento, do oeste da Europa, da França, para a Alemanha e basta comparar o movimento nos dois países, de 1866 até agora, para ver que a classe operária alemã é superior à francesa, tanto do ponto de vista da teoria quanto da organização. A predominância sobre a França, diante do mundo seria também a predominância da nossa teoria sobre a de Proudhon. (Apud SAMIS, 2011, p. 201-202)

Varlin mantinha-se intransigente com a diretriz do internacionalismo proletário. Em um artigo de 29 de agosto de 1869, publicado no jornal *Le Commerce*, ao contrário do que Marx haveria de escrever posteriormente ao seu inestimável amigo, Varlin afirmava que

A Associação [AIT] não tem por objetivo organizar os trabalhadores com vistas a sustentar uma luta permanente contra os detentores de capitais. Ela visa mais além. Ela se propõe a realizar a libertação completa do trabalho, levando os trabalhadores à posse do maquinário social e dos elementos naturais indispensáveis à produção. Longe de querer organizar a guerra, ela tem a pretensão de estabelecer a fraternidade entre os homens sem distinção de etnia, de cor ou de crença; o que mais surpreende nossos governos é o fato de verem, a cada dia, estas tendências tomarem corpo e pensarem que, muito em breve, não lhes será mais possível fazer seus povos se precipitarem uns contra os outros, para a satisfação de seu orgulho ou de seus interesses dinásticos. (Apud CORDILLOT, 1991, p. 147-148)

Mas apesar desse sentido político internacionalista, apesar da independência política do internacionalismo proletário, ainda assim o esforço em classificá-lo dentro das grandes correntes políticas no interior da AIT mantém-se bastante evidenciado pela historiografia. Charles Rihs afirma em vários exemplos como é comum, na descrição histórica da Comuna, considerar-se Eugène Varlin como um “proudhoniano de esquerda” (RIHS, 1973, p. 117). A preocupação em classificar ideologicamente as práticas políticas de Varlin dá-se pelo fato de a historiografia, inclusive a de timbre

marxista, estabelecer como premissa de análise as posições ideopolíticas de grandes “chefes” socialistas e comunistas como cânones matriciais das práticas dos discípulos signatários, ou não, dessas correntes ideológicas. Trata-se, no âmbito dos próprios marxistas, da preservação de uma perspectiva conservadora de história das ideias.

A AIT através dos seus congressos dividiu-se em várias facções políticas. Varlin acertava-se com vários representantes dessas correntes políticas; o que lhe importava eram as práticas da organização cotidiana dos trabalhadores, pouco se interessando pelos apriorismos ideopolíticos; era um perspicaz intérprete de tendências políticas, mas jamais poderia se perceber como discípulo de alguma corrente. Nos Congressos da AIT entendia-se bem com comunistas, anarquistas, e outros socialistas independentes, mas era na prática cotidiana de organização dos trabalhadores que se fazia contundente. Isso leva-nos a um aspecto fundamental a reiterar neste artigo: no exemplo de sua trajetória e na de muitos outros trabalhadores, as lutas dos *communards* em 1871 contra as tropas prussianas e versalhesas foram o corolário prático de um longo processo (iniciado com as greves de 1864) de institucionalização de práticas auto-organizatórias dos trabalhadores parisienses. Varlin era um líder, mas jamais se entendeu como um chefe revolucionário. Essa é a distinção fundamental da historicidade da sua trajetória nos fatos da Comuna frente à historicidade de outros personagens que lutavam para se fazerem chefes ideológicos (como Marx e Bakunin) nos bastidores da AIT, para assim controlá-la como um partido revolucionário.

James Guillaume descreveu em detalhes as práticas dos “marxistas” no interior dos congressos da AIT; um expressivo exemplo é o que narrou sobre as reuniões do 2º Congresso Geral da Internacional (de cujas atas ele foi o redator), realizado em Lausanne, na Suíça, de 2 a 7 de setembro de 1867. Nessa ocasião Guillaume conheceu Eccarius e Lessner, os dois homens de Marx enviados da Inglaterra para o Congresso, e sobre Georg Eccarius o autor afirmou:

(O) alfaiate Eccarius, membro do Conselho Geral da Associação Internacional, amigo e discípulo do socialista alemão Marx. Alemão também de origem, mas radicado há vinte anos em Londres, Eccarius, cujo exterior pouco agradável esconde uma das mais elevadas inteligências que conheço, foi daqueles que mais contribuíram para o poderoso movimento socialista que hoje agita a Inglaterra. (GUILLAUME, [1985, p. 30] 2009, p. 90-91)

Já sobre Lessner, continua o autor, era um

alemão e alfaiate como Eccarius e, como ele, já tinha se tornado inglês há muitos anos; também era membro do Conselho Geral da Associação. O papel de Lessner parece o de sempre protestar. Na discussão, Eccarius fala lentamente, com uma fleuma imperturbável; Lessner não se contém e exprime seu coração ardente numa torrente de palavras amargas e violentas; diante de um contraditor inteligente, Eccarius ergue os ombros, Lessner salta e parece desejar devorar seu adversário. Na conversação, entretanto, seus olhos se suavizam, e ele encontra um sorriso amável que tranqüiliza os tímidos. (GUILLAUME, [1985, p. 30-31] 2009, p. 91)

Ainda sobre Eccarius, o autor em nota, complementa: “Eccarius, com quem sempre mantive excelentes relações pessoais, separou-se de Marx no Congresso de Haia (1872), onde votou com a minoria autonomista” (GUILLAUME, [1985, p. 39] 2009, p. 105).

Guillaume também conheceu Kugelmann:

Ouçó falar alemão atrás de mim: é um jovem que me pede uma informação. Sou surpreendido por seu aspecto inteligente, por seu porte distinto. Conversamos, e fico sabendo que se chama Kugelmann, doutor em medicina, de Hanover. [...] O Dr. Kugelmann agradara-me muito, e sua lembrança permanecera-me simpática. Infelizmente, a publicação póstuma das cartas endereçadas a ele, por Marx, revelou-me que ele se prestava, por determinação deste último, a esse triste jogo de intrigas e difamação em que se comprazia o autor de *Das Kapital*. Após o Congresso da Paz em Genebra (outro congresso que teve participação de membros da AIT, mas não relacionado às suas atividades – João Alberto), Marx escreveu-lhe, em 11 de outubro de 1867: “Suas manobras contra Vogt em Genebra causaram-me muita satisfação”. (GUILLAUME, [1985, p. 32] 2009, p. 93)

Bakunin, esse outro grande chefe político da AIT, incitou em 1869 uma dissidência no interior da AIT, ao criar a secretíssima Aliança, um quartel-general que reunia duas dezenas de bakuninistas para o combate ideológico aos marxistas. Varlin entendia a Aliança como uma rede de militantes e de correspondentes selecionados para facilitar os contatos e o planejamento da ação em escala internacional, e não apenas como uma tendência organizada que agia secretamente para fazer triunfar suas opiniões contra as opiniões do Conselho Geral; este, em grande parte, sob hegemonia londrina, isto é, dos “marxistas” de Marx. Eugène Varlin também se aproximou dos bakuninistas, porém essa aproximação com os militantes aliancistas não significou um alinhamento automático sobre o conjunto de suas posições, tanto que, no

início de 1870, fez fracassar uma petição dos aliancistas, hostil ao Conselho Geral, recusando-se a assiná-la porque a entendia como “inoportuna”. No mais, em 7 de fevereiro de 1870, Bakunin confirmaria, em uma carta a Albert Richard, que a “Senhora D. T. (Varlin) é uma excelente e útil pessoa, entretanto, ela ainda está longe de ser considerada absolutamente nossa” (apud CORDILLOT, 1991, p. 147).

Enfim,

“nem “marxista” nem “bakuniano”, Varlin é, antes de tudo, a encarnação do movimento operário parisiense; que os seus pontos de vista tenham se encontrado em harmonia com este ou aquele tema num certo momento, com os pontos de vista de um ou de outro daqueles que procuravam precisamente teorizar o movimento real da classe operária, não há nada de surpreendente nisso. Constatar isso é uma coisa, mas utilizar esses seus argumentos políticos para pretender colocá-lo definitivamente num ou noutro campo (marxista ou anarquista) seria condenar-se a oferecer apenas uma visão redutora do homem e do militante. (CORDILLOT, 1991, p. 149)

Em suma, a marca fundamental da Primeira Internacional foi a do pluralismo ideológico, tendo notadamente em Marx e Bakunin as duas expressões políticas mais significativas; contudo é preciso ressaltar que na seção francesa predominava uma cultura articulada em práticas próximas ao que se definiu posteriormente como sindicalismo revolucionário, e seria no interior dessa cultura que as lutas sociais em França foram colocadas diante dos colossais impasses que as levaram à Comuna de Paris. Para concluir, numa rápida síntese podemos afirmar então que

[...] foram méritos da AIT a afirmação do internacionalismo proletário como um valor positivo e a vinculação da luta pela libertação da classe trabalhadora da exploração econômica, e da opressão política como sinônima da libertação da humanidade. (TRAGTENBERG, 2006, p. 33)

CONCLUSÃO: EUGÈNE VARLIN E O SIGNIFICADO DA COMUNA DE PARIS

Eugène Varlin defendia uma assertiva (apresentou-a em 1865, quando da sua participação como um dos quatro delegados franceses ao congresso da AIT em Londres) que definia bem o sentido universal da sua luta política – a acepção do que seria o “trabalhador: *“trabalhador é todo aquele que é assalariado e está sujeito aos riscos da falta de trabalho”* (CORDILLOT, 1991, p. 68). Nessa frase, a universalidade de sua perspectiva política. Seriam esses trabalhadores o seu “partido” fundamental; sua participação na AIT

visava, antes de qualquer definição programática, o estabelecimento de uma expectativa de integração de todas as lutas de classes; fazer da AIT não um órgão para guiar os operários, mas um instrumento conector para articular e demonstrar a *universalidade da solidariedade* entre eles como única prática efetivamente revolucionária. O seu trabalho de coordenador junto aos trabalhadores nas inúmeras greves de que participou, os vários fundos de solidariedade que organizou em prol dos grevistas, as reuniões da AIT, esses eram os esforços da prática pedagógica revolucionária; a dedicação como exemplo, não para comandar, mas para estar junto àqueles e com eles estabelecer os propósitos que os reuniam às lutas em que estavam envolvidos. Varlin não acreditava em resultados revolucionários efetivamente substantivos decorrentes das greves. O processo da sua organização era-lhe o termo sempre mais importante: a prática da greve como um fim prático pedagógico e não como um presumido meio de resultados revolucionários eficazes. Sobre essa questão central, Varlin indagava-se:

Por que razão operários dedicados, ativos e inteligentes consagram toda a sua energia, toda a sua influência que são suscetíveis de exercer sobre os seus companheiros, a prosseguir este movimento que sabem não ter saída? (VARLIN [1869] apud BERNARDO, 2000, p. 95)

Varlin respondeu à sua própria indagação, traduzindo em síntese o sentido da sua luta política:

É que para eles a questão prévia a qualquer reforma social é a organização das forças revolucionárias do trabalho; em todas as greves o que nos preocupa não é tanto o insignificante aumento salarial, a pequena melhoria das condições de trabalho. Tudo isso é apenas secundário; são paliativos que servem enquanto se espera por alguma coisa melhor, mas o supremo objetivo dos nossos esforços é o agrupamento dos trabalhadores e a sua solidariedade. (VARLIN [1869] apud BERNARDO, 2000, p. 95)

E, complementando, afirmou peremptoriamente:

Acima de tudo, o mais importante é que os trabalhadores estejam organizados. [...] Para que possamos encarar sem medo um futuro tempestuoso é necessário que todos os trabalhadores se sintam solidários. (VARLIN, 1869, apud BERNARDO, 2000, p. 96)

Por essas práticas, por essa exaustiva participação junto às lutas de inúmeras categorias de trabalhadores (não apenas os encadernadores), pela

sua liderança política como organizador de institucionalidades proletárias é que Varlin foi escolhido para o Comitê Central da Guarda Nacional quando do levante insurrecional de 18 de março de 1871. Esse comitê organizava a reação da população parisiense ao cerco imposto a Paris pela república de Thiers, já associado, nessa data, às tropas prussianas de Bismarck.

Varlin sabia que a sua experiência seria fundamental aos propósitos da Guarda Nacional. Com alguns outros membros da seção parisiense da AIT participaria, então, do Comitê Central da Guarda Nacional. Walter Benjamin afirmou: “Os membros da Internacional aceitaram se eleger para o Comitê Central da *Garde Nationale*, por conselho de Varlin” (BENJAMIN, 2007, p. 833). Um dos membros da AIT com ativa participação nesse Comitê Central e em outras instituições criadas pela Comuna foi o húngaro Leo Frankel.⁷

O Comitê da Guarda Nacional convocou eleições para o dia 26 de março para a formação dos 20 comitês distritais que compunham a geografia eleitoral da cidade e haveriam de ser a marca institucional da Comuna de Paris. Nessas eleições, Varlin obteve votos em vários distritos e foi eleito em três deles (no 6° - Luxembourg; no 12° - Reuilly; e ainda no 17° - Batignolles-Monceaux, onde radicou os seus trabalhos). Foi o único *communard* nessas eleições a eleger-se por três distritos, superando inclusive o lendário Blanqui que foi sufragado e eleito em dois distritos (no 18° - Butte-Montmartre; e no 20° - Menilmontant).⁸

Havia vários meses, antes dos acontecimentos da Comuna, que Paris já sitiada pelo exército prussiano, estava sem abastecimento regular de mantimentos e a população via-se em miséria atroz; cavalos, cães, gatos, ratos, animais do zoológico serviam para aplacar a fome que se generalizava, e foi então – em meio a esse quadro de guerra nacional contra a Prússia de Bismarck que cercava a cidade depois de ter derrotado o Império de Napoleão III (setembro de 1870) – que a população parisiense haveria de consumir no seu cotidiano um inesperado “controle” da cidade: a guerra solidificara demandas em comum, a miséria unira a população por saídas em comum, a solidariedade fazia-se em prática comum; milhares de parisienses fizeram-se *communards*.

Entre os meses de outubro (1870) e março (1871), a França com sua nacionalidade derrotada pela rendição de Napoleão legitimou a breve e inócua República de Gambetta, levando depois Thiers ao poder. Se a França (rural) corroborava esses governos republicanos capitulacionistas, Paris queria validar a República social; a cidade que resistira ao cerco prussiano, a partir de fevereiro de 1871 resistiria também aos “obuzes” de Thiers.

Na véspera da Comuna e diante dos impasses do governo Thiers, em 11 de março de 1871, Varlin publicou no jornal *La Marseillaise* um artigo que antecipava os rumos das novas práticas institucionais que Paris desencadearia a partir já da insurreição da Guarda Nacional contra a república de Versalles (18 de março). Nesse artigo, de título “*As sociedades operárias*”, percebemos o jovem autodidata aferindo a realidade de uma prática auto-organizatória, objetivada ao controle operário da realidade social. Naquele momento, “as sociedades operárias” já poderiam desencadear um processo político de controle social da produção, superando, portanto, as práticas corporativo-sindicais de resistência ao capital. Às vésperas do levante da Guarda Nacional e da consolidação da Comuna a partir de 26 de março, Varlin era quem melhor traduzia as tendências revolucionárias em questão. Para ele, àquela altura, as possibilidades da revolução social eram-lhe de uma evidência contundente. Vejamos, para concluir, o seu argumento:

Se não quisermos converter tudo num Estado centralizador e autoritário, que nomearia os diretores das fábricas, das manufaturas, dos estabelecimentos de distribuição, os quais por sua vez nomeariam os subdiretores, os contramestres etc., organizando-se assim hierarquicamente o trabalho de alto a baixo e deixando-se o trabalhador como uma mera engrenagem inconsciente, sem liberdade nem iniciativa, se não quisermos nada disto temos de admitir que os próprios trabalhadores devem dispor livremente dos seus instrumentos de trabalho, possuí-los, com a condição de trocar os seus produtos ao preço de custo, para que exista reciprocidade de serviços entre os trabalhadores das diferentes especialidades. (VARLIN [1871] apud BERNARDO, 2000, p. 97)

A participação de Varlin no Comitê Central da Guarda Nacional e, depois, sua eleição em três dos vinte distritos da Comuna asseveraram-lhe as possibilidades concretas da luta impeditiva daquele Estado autoritário a que se referiu no seu artigo. O mais importante, contudo, era a certeza de que Paris – com aquelas novas práticas institucionais que a Comuna desenvolvia – já anunciava o futuro da República social em autogestão. O experimento da República social durou apenas algumas semanas; ao final, milhares de *communards* foram trucidados pelas tropas vitoriosas. Alguns conseguiram fugir de Paris e salvaram-se para depois narrar em seus livros os fatos da Comuna. Varlin foi preso ao sair de um café, na manhã do dia 28 de maio de 1871; não ofereceu resistência alguma, deixando-se estar na cidade depois de ter lutado na última barricada. Por que não fugiu como outros o fizeram? Mas como poderia ele fugir, se via diante de si a derrota

do futuro pelo qual tanto lutara? Toda a sua vida encerrava-se com a derrota da Comuna de Paris.

Louis-Eugène Varlin é o maior emblema da Comuna de Paris de 1871 – viveu, lutou e morreu aos 31 anos pela república social dos trabalhadores; Varlin é a representação máxima das práticas comunistas autogestionárias. É a sua vida e luta que devem ser avaliadas e discutidas à exaustão ao se lembrar os 140 anos da Comuna de Paris. O que afirmou o senhor Karl Marx nas cartas ao seu amigo ginecologista – Kugelman (ver nota 2), de Londres, depois de tudo o que Varlin enfrentou em fatos que Marx conhecia muito bem – faz com que tenhamos que reconhecer que o único lugar onde Marx deve estar é na bibliografia da Comuna. Se Varlin foi a Comuna, Marx é apenas uma referência bibliográfica da Comuna. Vale a nós perceber o que nos é historiograficamente fundamental: discutir a Comuna por inteira ou apenas um livro sobre ela?

LOUIS-EUGÈNE VARLIN (1839-1871)

ABSTRACT: This paper analyses the political trajectory of Louis-Eugène Varlin (1839-1871). Varlin was an emblematic character of the social riots which took place in Paris from September 1870 to May 1871, during the siege to the city by Prussian troops and later by troops gathered by the Thiers government. These events led him to take part in the Central Committee of the National Guard, as well as to organize the Commune's district committees (March-May 1871). A French worker (bookbinder) who moved to Paris (1852-1871), Varlin was a self-taught intellectual and one of the leading organizers of the French section of AIT (IWA – International Workers' Association) in 1865. He was murdered in May 1871 because of his involvement with the institutional practices of organizing the Paris Commune.

KEY WORDS: Louis-Eugène Varlin, Paris Commune in 1871, solidarity, internationalism workers, self- management.

NOTAS

- 1 M. G. Badia (1972, p. 231) dá notícia do então desconhecido Marx, obtendo grande repercussão com a edição do livro sobre a Comuna com 11 mil exemplares publicados. Já na apresentação da edição francesa de 1972, o editor afirma que o *La Guerre Civile en France* foi publicado de 16 de julho a 3 de setembro de 1871 nas páginas de um jornal de Bruxelas – *L'Internationale* – e que em junho de 1872 é que apareceu a segunda edição em forma de livro redigido em francês pelo próprio Marx, mas com uma tiragem de 9 mil exemplares que foi logo esgotada; em setembro do mesmo ano, apareceria a terceira edição (MARX, 1972, p. 18).

Em uma carta a Ludwig Kugelmann, médico ginecologista e seu amigo de muitos anos, Karl Marx, entusiasmado com a inesperada celebridade, afirmou-lhe: “Tenho a honra de ser neste momento o homem mais caluniado e mais ameaçado de Londres”; e complementou: “Isso faz realmente a gente se sentir bem depois de um idílio tedioso de vinte anos nos bastidores” (apud HUNT, 2010, p. 284). As calúnias e as ameaças a Marx vinham de alguns jornais conservadores londrinos, como o *Fraser’s Magazine* e o semanário católico *Tablet* (HUNT, 2010, p. 284). Frente à derrota da primeira grande revolução operária, parece-nos que o doutor Karl Marx, um dos grandes teóricos do internacionalismo operário, percebia-se naquela conjuntura, após a derrota dos *communards*, como politicamente vitorioso.

- 2 Vários deles podem ser consultados na íntegra através do site – www.gallica.bnf.fr. Por exemplo, o livro de De La Brugere (1871), nas suas mais de 400 páginas, transcreve na íntegra quase todos os decretos publicados pelo Comitê Central da Guarda Nacional; os decretos da Comuna; notas biográficas de muitos dos militantes que organizavam a Comuna na gestão política da cidade, através dos vinte comitês distritais (os mesmos que também estiveram nas barricadas para os confrontos armados com as tropas legalistas de Thiers); inúmeros artigos dos principais jornais da Comuna (*Le Père Duchene*; *Le Vengeur*; *Le Cri du Peuple*; *Le Rappel* – muitos desses jornais foram lidos por Marx para a redação do seu *Guerra Civil na França*); enfim, uma referência muito útil para documentar o quadro geral da Comuna. Entretanto, é inquestionável que não há documento comparável, para uma narrativa geral detalhada (em tintas fortemente impressionistas) do processo factual de 1870 a 1871, que a extraordinária narrativa e análise dos fatos apresentada pelo livro *História da Comuna de 1871*, de Prosper-Olivier Lissagaray (1991). Este autor também lutou nas barricadas *communards* e, mesmo ferido a bala, conseguiu escapar para Londres, onde planejou e escreveu o seu livro maior com primeira edição datada de novembro de 1876.
- 3 Em carta datada de 12 de junho de 1871, encaminhada ao socialista inglês, Edward Spencer Beesly (um discípulo de Auguste Comte), Marx afirma: “Se a Comuna tivesse ao menos ouvido a minha advertência! – aconselhei seus membros a fortificar o lado norte das colinas de Montmartre, o lado prussiano, quando eles ainda tinham tempo para fazê-lo; avisei-os previamente que se não o fizessem, seriam pegos em uma ratoeira; [...] pedi-lhes que mandassem imediatamente para Londres todos os papéis que comprometiam os membros da “Defesa Nacional, o que teria permitido, em alguma medida, pôr em cheque [sic] a selvageria dos inimigos da Comuna – assim, o plano dos versalheses teria em parte, fracassado” (apud MARX, 2011, p. 211). Marx manteve comunicação com os *communards*: “Minhas relações com a Comuna foram mantidas por intermédio de um comerciante alemão, que viaja entre Paris e Londres durante o ano inteiro” (apud MARX, 2011, p. 212).

- 4 A igualdade de direitos entre homens e mulheres sempre fora uma das questões fundamentais nas lutas sociais dos trabalhadores. Contudo, ainda assim não era uma questão consensual até mesmo entre as correntes socialistas (os proudhonianos eram contra o direito de voto feminino). Nas eleições promovidas durante a Comuna, em 26 de março de 1871, as mulheres ainda não eram elegíveis e nem puderam votar (VARLIN & LEJEUNE, 2000, p. 20). Varlin em 1866, no Primeiro Congresso da AIT, realizado em Bruxelas de 3 a 8 de setembro, manifestou-se em total desacordo com os proudhonianos no que se referia à questão dos direitos das mulheres, especialmente no direito ao acesso ao trabalho. Em uma das sessões do congresso, quando se debatia a questão do trabalho feminino, Varlin afirmou: “Assim como todos vocês, eu reconheço que o trabalho das mulheres nas manufaturas, como praticado atualmente, arruína o corpo e engendra a corrupção. Porém, partindo deste fato, nós não podemos condenar o trabalho das mulheres de maneira geral, visto que você, que deseja retirar a mulher da prostituição, como poderá fazê-lo se você não lhe dá um meio de ganhar a sua própria vida? E o que se tornarão as viúvas e os órfãos? Elas, as mulheres, serão obrigadas ou a se casarem, ou a se prostituírem. Condenar o trabalho das mulheres é reconhecer a caridade e autorizar a prostituição” (apud VARLIN & LEJEUNE, op. cit., p. 21). A tradução das referências quando não indicada outra autoria, é sempre de nossa responsabilidade.
- 5 James Guillaume quando se refere aos preparativos do 3º Congresso Geral da Internacional (Bruxelas, 6 a 13 de setembro de 1868), lista algumas das profissões dos membros participantes (delegados das várias seções nacionais da AIT): “Joalheiros, marceneiros, pedreiros, carroceiros-ferreiros, envernizadores e gesseiros, carpinteiros, curtidores-peleiros, tipógrafos, funileiros, montadores de telhados, serralheiros e mecânicos, fabricantes de vassouras etc.” (GUILLAUME, [1985, p. 65]2009, p. 153).
- 6 A experiência de organização do restaurante La Marmite foi de excepcional importância para o reforço intstitucional de práticas proletárias de classe; tornou-se um ponto de encontro para a organização da luta política (e foi um “quartel-general” informal dos *communards* durante os setenta e dois dias da Comuna) ou para a manifestação de uma cultura popular-urbana em formação. Muitos intelectuais o frequentaram; o grande pintor Gustave Coulbret foi um assíduo frequentador. No depoimento do operário Charles Keller encontramos a seguinte descrição do ambiente: “A comida era modesta, mas muito bem condimentada e reinava a alegria ao redor das mesas. Os frequentadores eram numerosos. Cada um ia pessoalmente buscar os pratos à cozinha e marcava-se o preço do que consumia na ficha de controle que entregava, acompanhada do dinheiro, ao camarada encarregado de recebê-lo. Geralmente não se demorava em deixar o local para que outros pudessem também satisfazer o seu apetite. Contudo, algumas vezes, alguns camaradas prolongavam a sua permanência e conversavam. Também se cantava. O grande barítono Alphonse Delacour nos

cantava, de Pierre Dupont, *O Canto dos operários, A Locomotiva* etc. A cidadã Nathalie Lemel não cantava, ela filosofava e resolvia grandes problemas com uma simplicidade e facilidade assombrosa” (apud VARLIN & LEJEUNE, op. cit., p. 37).

- 7 Foi um importante ativista da AIT parisiense e que manteve correspondência com Marx durante a organização da Comuna. Conseguiu escapar do fuzilamento, quando as tropas do governo Thiers derrotaram os *communards* em fins de maio. Fugiu para a Inglaterra.
- 8 Essas informações foram obtidas naquele que é um dos documentos fundamentais da Comuna: o seu *jornal oficial*, o *Journal Officiel de la République Française*, o jornal da Comuna. Os resultados das eleições (eleitos e totalidade dos votos) em todos os vinte distritos estão apresentados na edição de 28 de março (p. 75-76). Além das notícias diárias de cada comitê que compunha a Comuna, o jornal apresentava ainda uma seção dedicada ao registro do que outros jornais, de outros países, dedicavam à Comuna de Paris. Um documento historiográfico de inestimável valor.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- BERNARDO, J. *Marx crítico de Marx*. Epistemologia, classes sociais e tecnologia em O capital. Porto: Afrontamento, 1977. v. I.
- BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. Ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.
- CORDILLOT, M. *Eugène Varlin, chronique d'un espoir assassiné*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1991.
- DE LA BRUGÈRE. *Histoire de la Commune de Paris*. Paris: Arthème Fayard Editeur, 1871 Disponível em: www.gallica.bnf.fr. Acesso em: 27 jan. 2011.
- GUILLAUME, J. *L'Internationale*. Documents et souvenirs (Premier volume: 1864-1872). Paris: Éditions Gérard Lebovici, 1985.
- GUILLAUME, J. *A Internacional*. Documentos e recordações 1. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário/Faisca, 2009.
- HUNT, T. *Comunista de casaca*. A vida revolucionária de Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- LISSAGARAY, P-O. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- MARX, K. *La guerre civile en France 1871*. Paris: Éditions Sociales, 1972.
- MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREL, H. *Le Pilon de communeaux*. Paris: E. Lachaud Editeur, 1871. Disponível em: www.gallica.bnf.fr. Acesso em: 11 fev. 2011.

NETTLAU, M. *História da anarquia*. Das origens ao anarco-comunismo. São Paulo: Hedra, 2008.

RIHS, C. *La Commune de Paris, 1871*. La structure et ses doctrines. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

ROUGERIE, J. *Paris insurgé*. La Commune de 1871. Paris: Découvertes Gallimard, 1995.

ROUGERIE, J. Tradição e criação na Comuna de Paris: continuação da revolução burguesa ou início da revolução operária? In: *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 13, 2001.

SAMIS, A. *Negras tormentas*. O federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011.

TARTAKOWSKY, D. As análises tradicionais e a bibliografia recente sobre a Comuna. In: BOITO JR., A. *A Comuna de Paris na História*. São Paulo: Xamã/CEMARX, Unicamp, 2001.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

VARLIN, L-E. Greve e resistência. *Le Travail*. n. 22. Paris, 31 de outubro de 1869. In: BERNARDO, J. Op. cit., 2000. Tradução de João Bernardo. p. 95-96.

VARLIN, L-E. As sociedades operárias. *La Marseillaise*, n. 81, Paris, 11 de março de 1871. In: BERNARDO, J. Op. cit., 2000. Tradução de João Bernardo. p. 96-98.

VARLIN, L-E.; LEJEUNE, P. (Org.). *Pratique militante & écrits d'un ouvrier communard*. Paris: L'Harmattan, 2002.